



Gestão Cultural e Territórios da Mineração no Brasil: O caso da Vale S.A.

Rodrigo Pereira Pinheiro da Silva; Prof. ^a Dr.^a Elis Miranda, PhD Maria Célia Nunes Coelho

Envolvida no contexto de uma série de desastres socioambientais na última década, dos quais se destacam os desastres das barragens de Mariana-MG (2015) e Brumadinho-MG (2019), a mineradora transacional Vale S.A. vem buscando frear críticas e reduzir os danos à sua imagem por meio da promoção de projetos de Responsabilidade Social e de *Marketing Cultural*. Esse novo campo estratégico torna-se cada vez mais oportuno, pois simultaneamente promove maior controle socio-territorial e garante o acesso da empresa a benefícios fiscais – acessados através da Lei de Incentivo à Cultura (Rouanet). Esta pesquisa tem por objetivo analisar a gestão cultural da Vale S.A. e a relação com sua ação nos territórios em que no Brasil, e mais especificamente na Região Sudeste. Partiu-se do levantamento e mapeamento dos equipamentos e projetos culturais mantidos pela empresa através da Fundação Vale e do Instituto Cultural Vale e dos investimentos feitos pela mineradora através da Lei Rouanet. Para além da dimensão material-territorial, pretende-se compreender os sentidos que configuram tais práticas. Busca-se, sobretudo, entender quais os limites e implicações desse modelo privado de gestão cultural e qual seu impacto territorial nas diferentes escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. Para tal, se tem como base as concepções de território corporativo de Roberto Sack (1986) e a noção de Território Usado concebida por Milton Santos (2000;2001), que, de maneira relacionam, fornecem subsídios teórico-metodológicos para se pensar o território enquanto espaço vivido e delimitado através de relações de poder – sobretudo, relações de produção – manifestas pelos diferentes grupos que coexistem e se apropriam do espaço de maneira distinta e conflituosa. Segundo essa leitura pode-se entender de que modo grandes empresas multinacionais, como a Vale S.A., organizam estratégias de legitimação para garantir sua manutenção e ampliação de seus lucros mesmo em face do impacto socioambiental e a consequente deterioração da qualidade de vida nos locais onde que se insere. É fundamental refletir sobre os usos que agentes corporativos impõem aos recursos territoriais e a reorganização dos lugares, característica essa ainda mais explícita no setor minero-metalúrgico, que requiere um grande volume de produção para inserir-se nas redes globais de produção. Assim, espera-se contribuir para o debate sobre a relação entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada no planejamento, elaboração e execução de Políticas Públicas Culturais, entendendo a cultura como vetor do desenvolvimento territorial e campo de disputa na consolidação de hegemonias.

PPGDAP – UFF
CAPES *Demanda Social*

